

## Mulheres na luta contra os transgênicos

A Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e outras organizações da sociedade civil estão reunidas em um acampamento, em Brasília, desde o dia 12 de setembro. De acordo com Justina Cima, da ANMTR, o objetivo desta mobilização é debater e articular ações que sensibilizem a sociedade e o governo para os riscos inerentes à liberação da produção de alimentos transgênicos, no Brasil.

Entre os debates já realizados no acampamento, o tema “transgênicos e agricultura familiar”, tratando das sementes patenteadas, dos riscos de dependência e do uso de agrotóxicos. De acordo com Rosângela Piovesan, da Articulação, as entidades também estão aprofundando nas discussões o perigo dos produtos transgênicos a saúde e o meio ambiente, bem como o impacto da produção de transgênicos na política agrária.

Numa segunda fase dos debates, em outubro, serão discutidos: mercado internacional, Alca e OMC. Além da ANMTR, devem permanecer em Brasília até o próximo dia 16 de outubro - Dia Mundial da Alimentação -, militantes das organizações: MST, Movimento das/os Pequenas/os Agricultoras/es, Movimento das/os Atingidas/os por Barragens, Federação das/os Estudantes de Agronomia, Comissão Pastoral da Terra, Contag, Fetrasul e diversas entidades ambientalistas. *Leia mais na seção CONtextos.*

### Pelo fim da lapidação na Nigéria

Depois da vitória de Amina Lawal no Tribunal Islâmico de Katsina, na Nigéria, dia 25 de setembro, a Anistia Internacional segue buscando assinaturas pelo fim da pena de lapidação (apedrejamento), nesse país.

Em 2002, Amina foi acusada de adultério pelo nascimento da sua filha, dois anos após ter se divorciado do marido. A sua liberação não significou o fim da legislação (sharia) que, desde 1999, impõe o mesmo castigo a outras mulheres e homens, por causas diversas, porém sempre baseadas em conteúdos fundamentalistas. Para assinar o manifesto da Anistia contra a lapidação na Nigéria, acesse: [www.amnistiapornigeria.org](http://www.amnistiapornigeria.org).

### Campanha 28 de setembro

Dando seguimento à Campanha 28 de setembro – Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe, divulgamos atividades realizadas em cinco capitais, que aprofundaram a questão dentro do movimento de mulheres e com outros movimentos, buscando também sensibilizar representantes de outras organizações da sociedade e do Estado.

Em **Aracaju**, o Fórum Sergipano de Mulheres realizou oficina, no dia 28 de setembro, sobre a descriminalização do aborto. Participaram representantes da federação de mulheres, da organização de mulheres Maria do Egito, Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania – SACI, e o sindicato dos professores do estado. Na semana passada, representantes do Fórum também concederam entrevistas em dois canais de TV.

Em **São Luís**, acontece hoje (30), mesa redonda com o tema: “Descriminalização do aborto – uma questão de justiça e saúde para as mulheres”. Participam Maria de Fátima Travassos, promotora do Ministério Público estadual; Betânia Chaim, da Associação Médica do Maranhão, além de Conceição Nascimento, representante de hospital de referência para mulheres vítimas de violência. Coordena a mesa, Ieda Cutrim, do Grupo de Mulheres da Ilha, que promove o evento, com o apoio do Fórum de Mulheres do Maranhão, do Conselho Municipal de Mulheres e da Rede Amiga da Mulher de Combate à Violência.

Ontem, em **Porto Velho**, foi realizado debate sobre a descriminalização do aborto no Sindicato dos Urbanitários, com a presença de militantes da Federação de Mulheres de Rondônia, de mulheres sindicalistas da CUT e jornalistas. A promoção do evento é dos Fóruns Populares de Mulheres e de Mulheres Negras, Comissão de Mulheres da CUT e feministas autônomas.

Em **Macapá**, a Articulação de Mulheres divulgou a Campanha 28 de setembro em diversos eventos, através de falas públicas e distribuição de postais.

Nesta quarta, (dia 1) será realizado debate na Câmara Municipal de **São Paulo**, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O evento traz para o legislativo o tema da descriminalização do aborto, na perspectiva de discutir políticas públicas municipais relacionadas. Mais informações: [flaviapereirapt@uol.com.br](mailto:flaviapereirapt@uol.com.br), ou pelo fone: (11) 31112217.

### Aborto em debate na mídia

Enquete produzida pelo programa Linha Direta, da Rede Globo, divulgou resultado que aponta para o posicionamento favorável à descriminalização do aborto, entre as pessoas votantes. A enquete foi colocada no site do programa, dia 18 de setembro, após a divulgação do caso de uma médica, que está sendo acusada de fazer abortos e de ter causado a morte de duas mulheres, em Recife.

Para a/o internauta, o site informou sobre a legalidade do aborto apenas em caso de estupro ou de risco de vida para a mulher e perguntou: “a legislação deve ser modificada?”. Para 64% das pessoas votantes, a resposta foi: “sim, o aborto deve ser totalmente liberado, ficando a critério da mulher a decisão de interromper a gravidez”. Na opinião de 32,2%, a mulher deve fazer aborto apenas nos casos previstos na lei atual. E para 3,8% das pessoas, toda mulher deveria manter a gravidez, mesmo em caso de estupro ou correndo risco de vida.

### Ação anti-racista

Monitorando a Declaração e o Programa de Ação da Conferência de Durban – contra o Racismo – reuniu-se em Genebra, de 16 a 18 de setembro, grupo de especialistas nomeados pela ONU, dentre os quais participa a ativista negra feminista, Edna Roland. Esta foi a primeira reunião do grupo, que poderá garantir suporte técnico para a agenda política do movimento de mulheres negras e das demais organizações do movimento negro e de defesa dos Direitos Humanos, atuantes na luta anti-racista, em todo o mundo.

Destaca-se deste primeiro encontro, a ênfase na elaboração e implementação de Planos de Ação Nacionais, para que o Programa da Conferência de Durban seja aplicado considerando-se a realidade de cada país. Além disso, levantou-se a possibilidade da criação de um Índice da Igualdade Racial, com impacto na formação do Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelo PNUD (ONU). Esta proposta foi defendida por Edna Roland, com base em experiência desenvolvida pelo economista Marcelo Paixão, com a colaboração da historiadora Wania Sant’anna, que demonstraram o *apartheid* social, no Brasil, comparando o IDH da população brasileira com o IDH do segmento da população negra do país.

### CONtextos

Anexamos nesta edição, artigo de Sirlei A. K. Gaspareto, do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

Sirlei se posiciona contra os transgênicos e defende os recursos naturais como patrimônio da humanidade. Em seu texto, faz uma crítica “à sociedade neoliberal, com suas políticas de exploração dos bens naturais, visando a concentração da renda e condenando a vida do planeta e dos seres humanos”.

### 14º ENF

#### O debate prioritário

*Rumo ao 14º encontro nacional feminista (13 a 16 de novembro, Porto Alegre), divulgamos trecho de entrevista com integrante da comissão organizadora do evento em São Paulo, na perspectiva de aprofundar o sentido dos encontros para os movimentos feminista e de mulheres.*

Maria Amélia de Almeida Teles é pedagoga e trabalha atualmente no atendimento a mulheres em situação de violência e como educadora na União de Mulheres, uma organização que ajudou a fundar, em São Paulo (SP). Amelinha Teles, como é mais conhecida, participou da comissão organizadora do 10º encontro nacional feminista, em 1989, realizado em Bertioga (SP).

Ela destaca, neste ENF, o processo de teorização do feminismo e a presença das mulheres negras, que estavam num período de criação e fortalecimento de suas organizações autônomas. Segundo Amelinha, havia de maneira geral, nessa época, um crescimento do feminismo no Brasil, principalmente nas camadas populares. O fato de o encontro ter sido realizado numa cidade central, em relação aos demais estados do país, facilitou o acesso das mulheres.

Amelinha ainda não definiu se irá ao 14º ENF e avalia, atualmente, que há pouca mobilização para o encontro, diferente do que aconteceu nos eventos anteriores. Mas, acredita ser importante que aconteça, nesse encontro, uma discussão política sobre a necessidade do movimento feminista se manter autônomo em relação ao governo, ao Estado, “em que pese o fato de nós feministas participarmos de parcerias com o governo e de queremos continuar assim”, ressalta.

Amelinha visualiza o Encontro Nacional como “um momento nosso”, quando as feministas podem debater sobre: “como estamos vendo nossas reivindicações?”; “quais delas estão antigas e não estão sendo consideradas ou realizadas”. Este é, para Amelinha, o debate prioritário a ser feito no 14º ENF. **Veja a íntegra da entrevista com Amelinha e os desafios que ela aponta para as feministas no contexto atual, na edição de setembro do encarte Articulando, que segue com o jornal Fêmea (CFEMEA), ou acesse o site [www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br). Veja também: <http://www.14enf.ufrgs.br>.**

